

A Guerra das Falklands/Malvinas e o Exército brasileiro

VÁGNER CAMILO ALVES
MÁRCIO TEIXEIRA DE CAMPOS

Resumo

Após examinar a Guerra das Malvinas e suas lições estratégicas, táticas e operacionais, são apresentadas reflexões produzidas pelo Exército a esse respeito. O texto mostra a influência dos interesses corporativos e da cultura da instituição militar nas mudanças que a organização julgou necessárias realizar depois do conflito.

Palavras-Chave: Guerra das Falklands/Malvinas; Estudos Estratégicos; Exército Brasileiro.



The Falklands/ Malvinas War and the Brazilian Army

Abstract

After examining the Malvinas War and its strategic, tactical, and operational lessons, we present some of the Army's reflections concerning this issue. The paper shows the influence of corporative interests and the culture of the military institution on the changes that the organization thought necessary to implement after the conflict.

Keywords: Falklands/Malvinas War; Strategic Studies; Brazilian Army.

VÁGNER CAMILO ALVES

Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST) do INEST/UFF.

MÁRCIO TEIXEIRA DE CAMPOS

Coronel do Exército e doutor em Ciência Política pela UFF.

1 INTRODUÇÃO

A Guerra das Falklands/Malvinas foi o último conflito convencional de monta ocorrido na América do Sul.¹ Pode ser considerada também a guerra mais moderna da sua época (CREVELD, 2000). Não admira, pois, ter tido consequências notáveis nos mais diversos aspectos da política continental.

Por exemplo, a guerra revelou a impotência da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Conforme demonstraram a inoperância desses instrumentos durante a guerra e o apoio ostensivo dos Estados Unidos ao seu aliado britânico, tais organizações eram funcionais somente quando respondiam aos interesses da superpotência do norte. A diplomacia brasileira ficou atenta a essa lição. A aproximação com a Argentina, iniciada com os acordos de Itaipu-Corpus de 1979, continuou timidamente durante a guerra, quando o país adotou neutralidade benevolente para com seu vizinho, e foi incrementada nos anos posteriores, visando à integração dos dois países (CERVO; BUENO, 2002).

Lições militares, tanto de natureza estratégica como tático-operacionais, foram também colhidas. Dois aspectos corroboram logicamente essa afirmação. No Brasil de 1982 vigia ainda o governo militar, sob a presidência do general João Baptista Figueiredo. Guerras eram temas que naturalmente recebiam atenção especial do governo. Além disso, a Argentina também vivia sob regime de natureza semelhante. Seu Exército era, até os anos 1970, o adversário tradicional nas hipóteses de emprego e jogos de guerra elaborados pelas escolas militares brasileiras. Seu equipamento e doutrina eram muito semelhantes ao do Exército brasileiro. A mesma inclinação para a guerra contrainsurgente, às expensas do preparo para a luta convencional, era encontrada. Parece lógico pensarmos o governo e o Exército brasileiros como atentos observadores do conflito. Lições devem ter sido aprendidas. Elas ensinaram transformações institucionais?

1 “A última guerra dessa natureza ocorrida no continente foi, na verdade, o breve conflito fronteiriço entre Peru e Equador, em 1995” (CENTENO, 2002, p. 44). A Guerra das Falklands/Malvinas, entretanto, é muito mais relevante, seja por suas consequências políticas, seja por razões de ordem militar.

Grandes organizações são resistentes à mudança. Tradições, normas e procedimentos levam inerentemente à dificuldade de transformação. Organizações militares são ainda mais resilientes, visto serem governadas pelo princípio da hierarquia e disciplina e eventuais mudanças dependerem sempre do aval dos escalões que, por natureza, são os mais conservadores, isto é, o alto oficialato. Ademais, organizações militares, diferentemente das congêneres civis, preparam-se para uma atividade que raramente realizam. Isso é verdade até mesmo para as grandes potências militares. Num país como o Brasil, periférico e localizado em área relativamente pacífica, essa regra é ainda mais verdadeira. A última vez que o Exército nacional atuou fora do país contra adversário estrangeiro foi durante a Segunda Guerra Mundial, no fronte italiano, em 1944-45. Tudo isso reforça inerente aversão à mudança.

A despeito disso, as instituições militares têm de se transformar, sob pena de se tornarem obsoletas. A tese mais divulgada sobre mudanças nessas organizações frisa a necessidade de um agente externo impulsionador. Esse agente pode ser uma derrota militar ou ator político de fora da corporação, com poder para impor mudanças a partir de posição hierarquicamente superior, como um ministro ou um presidente. Estudos mais recentes, entretanto, salientam que tal tese não tem dado conta do fenômeno em sua totalidade (ROSEN, 1994). A verdade é que carece ainda de ser feita uma teoria mais robusta a respeito de tais mudanças.

Esse trabalho se propõe a descrever e analisar o impacto da Guerra das Falklands/Malvinas no Exército brasileiro. Nosso objetivo é investigar se houve lições aprendidas do conflito e, em caso positivo, quais delas redundaram realmente em transformações institucionais. Para tal apresentamos primeiro breve resumo da guerra, com ênfase no aspecto terrestre do conflito. Depois discutiremos as lições da guerra em terra com base na reflexão da comunidade de estudos estratégicos, formada por pesquisadores civis e militares. Destacamos aqui o exame do conflito feito pelo Estado-Maior do Exército brasileiro. Por último, veremos as mudanças verificadas no Exército nos anos subsequentes, investigando quais foram desdobramentos do aprendizado na Guerra das Falklands/Malvinas. Concluimos o artigo apontando o peso dos

líderes e da cultura organizacional na agenda de transformação do Exército contemporâneo.

2 A GUERRA

Do ponto de vista militar, a Guerra das Falklands/Malvinas pode ser dividida e estudada em duas fases. Na primeira delas desenrola-se um conflito aeronaval preponderantemente lutado por aeronaves argentinas, com base no continente, contra os meios aeronavais da força-tarefa britânica. Mediante o estabelecimento da cabeça de praia inglesa na baía de San Carlos, em 21 de maio, inicia-se a segunda e derradeira fase do conflito. Nesta, o que será mais importante é o choque, em terra, entre os contendores, ainda que o conflito aeronaval tenha prosseguido até a rendição da guarnição argentina nas Ilhas, em 14 de junho.

Em sua primeira etapa a guerra começou em 1º de maio. Nesse dia houve o bombardeio da pista de pouso de Port Stanley/Puerto Argentino por caças *Sea Harrier* e por um bombardeiro *Vulcan*, este último proveniente da ilha de Ascensão, a mais de 6.000 km de distância. Ocorreu também o primeiro, e único, duelo entre caças da guerra, opondo dois *Mirage III* argentinos contra dois *Sea Harriers* britânicos. O duelo resultou na perda dos dois aviões argentinos. A consequência deste primeiro dia de combate foi duradoura. Mal começara a ação, os argentinos desistiram de disputar a superioridade aérea sobre as Ilhas, não se sabe se por receio de que os *Vulcan* pudessem ser usados para bombardear alvos no país, ou se por reconhecimento da superioridade tecnológica das aeronaves inglesas e de seus mísseis ar-ar. Desde então, seus jatos de ataque iriam até seus alvos sem cobertura aérea e os caças *Mirage III* foram alocados para proteção da capital e bases militares importantes ao norte.

No dia seguinte, houve o afundamento do cruzador *General Belgrano*, torpedeado por um submarino nuclear inglês. A velha belonave, remanescente e sobrevivente do ataque japonês à base de Pearl Harbour, afundou com centenas de baixas. Desde 30 de abril, os ingleses instituíram um perímetro de 200 milhas náuticas ao redor das Malvinas, dentro do qual qualquer navio ou aeronave argentina seria destruída sem aviso prévio. O *Belgrano* e suas duas

escoltas, ao sul desse perímetro, foram descobertos e seguidos. Partiu diretamente de Londres a ordem para atacar o velho cruzador. Seu afundamento trágico causaria celeuma após a guerra. Na visão dos militares ingleses, entretanto, o grupo cuja nau capitânia era o *Belgrano* formava a pinça sul de um movimento da esquadra argentina cujo elemento mais ameaçador era o grupo capitaneado pelo navio-aeródromo *Veinticinco de Mayo*, com seus caças-bombardeiros *SkyHawk*, navegando ao norte da força-tarefa. O torpedeamento do cruzador pelo submarino nuclear foi um aviso ameaçador para toda a esquadra argentina. Com isso, os ingleses imaginaram poder tirar a frota argentina da batalha. Foi exatamente o que aconteceu. Após o desaparecimento do *Belgrano*, nenhuma grande belonave argentina deixou os portos (WARD, 2005).²

Em 4 de maio os argentinos reagiram. Uma das mais notáveis armas em seu inventário eram os mísseis antinavio ar-mar *AM 39 Exocet*, de procedência francesa. Em virtude do bloqueio feito pelos países da Comunidade Econômica Europeia, em apoio ao Reino Unido, o estoque argentino de cinco mísseis não pôde ser incrementado, algo que poderia até mudar o curso da guerra. Num ataque bem planejado e executado, dois jatos *Super Étendard*, cada um dos quais armado com um míssel *Exocet*, lograram atingir e afundar o contratorpedeiro *HMS Sheffield*. Em consequência dessa ameaça, especialmente contra seus dois navios-aeródromos, a força-tarefa britânica passou a operar bem mais a leste (WARD, 2005), diminuindo o tempo de patrulha dos *Sea Harriers* sobre as ilhas e, conseqüentemente, sua capacidade de interceptar os jatos argentinos.³

Um período relativamente longo, com ações isoladas de ambos os lados, transcorreu, até os ingleses terem condições de tomar a iniciativa e efetuar seu desembarque de tropas nas Ilhas.

2 Exceção feita ao seu submarino tipo 209 *San Luis*, de procedência alemã, que, apesar de mal sucedido em seus ataques, causou preocupações contínuas à força-tarefa britânica, obrigando-a a dirigir meios aeronavais para sua procura durante toda a guerra (RUHE, 1984; MIDDLEBROOK, 2009).

3 O receio britânico era tão grande que foi ventilada uma operação de comandos contra a base dos jatos *Super Étendards*, em Rio Grande, Patagônia. Visto as dificuldades táticas e os problemas diplomáticos que poderiam ocorrer, a operação não foi à frente (KEEGAN, 2006).

Escolheram, para isso, a baía de San Carlos, na Malvina do Leste, onde o grosso das forças de terra argentinas estava e onde se localiza a sede do governo das Ilhas – Port Stanley / Puerto Argentino. Para constituir a cabeça de praia, foi necessária a entrada de número substancial de belonaves britânicas no Estreito de San Carlos, além de navios de transporte e de desembarque de tropas. Com isso, eles se aproximaram perigosamente do raio de ação dos caças-bombardeiros argentinos que partiam do continente. De 21 a 25 de maio, travou-se feroz combate aeronaval. As baixas argentinas foram grandes: contam-se às dezenas os jatos destruídos pelos mísseis das fragatas, contratorpedeiros e pelos *Sea Harriers* britânicos. O custo para a força-tarefa, entretanto, em vidas e valor, foi ainda maior. Foram afundadas duas fragatas – *HMS Ardent* e *HMS Antelope* – e um contratorpedeiro – *HMS Coventry*, além de severas avarias deixadas em outras duas fragatas e dois navios de desembarque. O número de belonaves destruídas poderia ser muito maior caso os detonadores das bombas dos jatos argentinos não tivessem falhado tantas vezes, impedindo os petardos de detonarem mesmo quando atingiam seus alvos.⁴

Além dessas perdas, um novo ataque de *Super Étendards* armados com mísseis *Exocet* causou, em 25 de maio, a destruição do cargueiro britânico *Atlantic Conveyor*, que afundou com dez helicópteros constantes em sua carga, afora substancial quantidade de suprimentos logísticos variados. Essa perda terá implicações na estratégia britânica na fase seguinte da guerra.

A despeito do êxito conseguido pelos pilotos argentinos, a duras penas, a primeira fase da guerra encerra-se com clara vitória britânica. Os *Exocets* tinham praticamente se esgotado e a força-tarefa retinha a maior parte dos seus meios, inclusive seus dois navios-aeródromos. Mais do que isso. Seu objetivo maior, o estabelecimento de uma cabeça de praia nas Malvinas, foi conseguido. Menos de 24 horas após os primeiros desembarques, mais de 3 mil soldados e quase mil toneladas de equipamento estavam em solo (AVIÕES DE GUERRA, 1985). Ainda que o combate aeronaval tenha durado até a capitulação das forças argentinas na Ilha, ele

4 Fonte argentina atesta que 60% das bombas que atingiram navios britânicos não explodiram (RATTENBACH et al., 1982, item 621).

não era mais decisivo. Os jatos argentinos teriam feito melhor se tivessem centrado seus ataques nos navios que desembarcavam tropas e equipamentos em San Carlos, em vez de mirar nas belonaves de apoio, como fizeram.⁵ Em 21 de maio, inicia-se a segunda e derradeira fase da guerra, o combate em terra, que, a partir de então, será o teatro decisivo na disputa pela soberania das Ilhas entre os dois países.

Ao contrário da primeira fase do conflito, basicamente aeronaval, na qual predominou o binômio equipamentos/tecnologia, a guerra em terra, mais tradicional, seria decidida pelo binômio comando/organização.

O combate travado nas Ilhas foi luta tipicamente de infantaria. A despeito de plano e descoberto, o terreno das Ilhas não apresentava pavimentação e era impróprio ao uso de veículos motomecanizados. Um olhar frio sobre o número de soldados e equipamentos mostra certo equilíbrio entre os contendores. Duas brigadas britânicas se opunham a duas brigadas argentinas. As tropas tinham complemento relativamente parecido em termos de apoio de artilharia. Carros de combate estavam quase ausentes da contenda, salvo exíguo número de veículos trazidos por ambos os lados.⁶ As armas utilizadas pela infantaria eram muito similares, existindo até coincidência quanto a fuzis e metralhadoras de

5 Em 8 de junho, jatos *Skyhawks* argentinos atacaram os navios de desembarque *Sir Galahad* e *Sir Tristram*, que levavam soldados britânicos de San Carlos para Fitzroy, para tomar parte no assalto final à guarnição argentina de Port Stanley/Puerto Argentino e montes ao redor. O ataque provocou a morte de 51 soldados e deixou aproximadamente 150 feridos. Foi mostra, tardia, do que poderia ter sido feito quando do desembarque britânico em San Carlos.

6 Os ingleses contavam com a 3ª Brigada de Comandos dos Reais Fuzileiros, reforçada pelos 2º e 3º Batalhões de Paraquedistas, e com a 5ª Brigada de Infantaria, formada pelas Guardas Escocesa, Galesa e Rifles Gurkhas, em um total aproximado de 9 mil homens. Os argentinos contavam com a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada, reforçada por um batalhão de fuzileiros navais, concentrada em Port Stanley/Puerto Argentino e imediações, e com a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, dispersa em Goose Green/Pradera del Ganso e na Malvina do Oeste. Totalizavam mais de 10 mil homens. Os dois lados tinham um número relativamente parecido de canhões de 105 e 155 milímetros como apoio. Quanto aos carros de combate, os argentinos contavam com um Esquadrão de Reconhecimento composto por doze veículos sobre rodas Panhards, de procedência francesa, enquanto os britânicos trouxeram um esquadrão do Blues and Royals, com nove carros de combate leves com esteira.

emprego geral. Ao contrário do que muitos argentinos logo afirmariam após a guerra, equipamentos de visão noturna estavam disponíveis também dos dois lados (SUMMERS Jr, 1984; FOWLER, 1985). Contudo, os britânicos contavam com a importante vantagem de pontual predomínio de apoio aéreo e com o suporte dos canhões das belonaves da sua frota. Tinham, de fato, superioridade em uma classe vital de equipamentos: helicópteros. Enquanto os argentinos não puderam contar com mais do que vinte aparelhos, do seu Exército e força aérea, os ingleses, a despeito das perdas no *Atlantic Conveyor*, tiveram sempre mais de cem, especializados nas mais diversas funções, como transporte de carga e de tropas, escolta, observação e ataque, ainda que grande parte fosse também destinada somente ao apoio aos navios da força-tarefa.⁷

De toda forma, essa vantagem material britânica era mais do que contrabalançada pelo fato de os argentinos haverem estacionado suas tropas na Ilha há mais de um mês. Tinham tido tempo, pelo menos teoricamente, de preparar suas defesas e trazer e armazenar víveres, peças sobressalentes e munição, antes que o bloqueio britânico se fizesse mais efetivo. Além disso, é conhecida, na ciência militar, a superioridade tática da defesa sobre o ataque. Classicamente, considera-se necessária vantagem, em homens e equipamentos, de três contra um como garantia para ser uma ação ofensiva bem-sucedida em batalha, apesar do debate a respeito da questão existente hoje (MEARSHEIMER, 1989; BIDDLE, 2004). Em nenhuma das batalhas ocorridas os britânicos tiveram tal superioridade. Em Goose Green/Pradera del Ganso, eles estavam em notável inferioridade, com menos da metade dos combatentes dos seus adversários.⁸

A guerra em terra estava, pelo menos sob um olhar mais rápido, focado nos números, muito parelha. É impressionante, sob

7 De acordo com o Stockholm International Peace Research Institute-SIPRI (1983), junto com a força-tarefa vieram aproximadamente 200 helicópteros. Já os argentinos empregaram no conflito pouco mais de trinta aparelhos.

8 Os argentinos contestam tal informação, afirmando que grande parte do seu contingente era composto de pessoal da Força Aérea, mal treinado para uma luta de infantaria. Computando-se apenas infantes, a conta torna-se mais igual, com aproximadamente 630 argentinos contra 450 britânicos. Ainda assim, uma relação de vantagem para a defesa de 1,4 para 1 (MIDDLEBROOK, 2009).

esse pano de fundo, tomarmos ciência da vitória britânica, tão rápida e categórica. Em três semanas, contadas a partir do desembarque em San Carlos, os soldados ingleses derrotaram os argentinos em meia dúzia de rápidas e violentas batalhas, levando o comandante da guarnição, general de brigada Mario Menendez, a render suas tropas.⁹ Vale aqui um rápido relato dos acontecimentos.

Após o estabelecimento da cabeça de praia praticamente sem contestação das tropas argentinas, parte do contingente britânico, sob pressão do seu governo, dirigiu-se para Goose Green/Pradera del Ganso, alvo mais próximo. Londres exigia uma vitória em terra para motivar a opinião pública. Abrigando o 12º Regimento argentino, o vilarejo distava aproximadamente 25 km da cabeça de praia. Após batalha de mais de 24 horas de duração, lutada primordialmente em 28 de maio e levada a cabo pelo 2º Batalhão de Paraquedistas inglês, os argentinos renderam-se. Ali, os britânicos capturam cerca de 1.500 prisioneiros. A queda de Goose Green / Pradera del Ganso isolou por completo os contingentes argentinos situados na Malvina do Oeste, e retirou-os, na prática, do conflito. Restava aos britânicos enfrentar a maior e mais importante força inimiga, entrincheirada em Port Stanley / Puerto Argentino e arredores, no lado oposto à cabeça de praia de San Carlos e Goose Green / Pradera del Ganso, a mais de 60 km de distância.

Em 1º de junho, a segunda parte do efetivo britânico, a 5ª Brigada de Infantaria, chega à cabeça de praia. Com o efetivo completo, o ataque final contra Stanley é organizado. Os helicópteros perdidos no cargueiro *Atlantic Conveyor*, especialmente os três

9 A referência a operações anfíbias e batalhas em ilhas na guerra moderna são as ofensivas norte-americanas no Teatro de Operações do Pacífico contra o Império japonês. Ali as duas forças se defrontaram numerosas vezes. A partir de fins de 1943, a iniciativa estratégica era inteiramente dos Estados Unidos. As batalhas eram lutadas com total supremacia aérea e naval por parte dos norte-americanos. Ainda assim, foi notável a resistência da defesa japonesa em praticamente todas as operações, especialmente se comparamos com o acontecido nas Falklands/Malvinas. Para conquistar a minúscula ilha de Peleliu (setembro-novembro de 1944), por exemplo, onde os japoneses acantonaram uma força de dimensão muito semelhante a que os argentinos fixaram nas Falklands/Malvinas, foram necessárias dez semanas de intenso combate e uso, pelos norte-americanos, de uma força invasora duas vezes maior do que a inimiga, a despeito de desfrutarem da supremacia aeronaval já comentada (USNI, 2010).

aparelhos de transporte pesado *Chinook*, obrigarão parte das tropas britânicas a fazer longa marcha carregando pesado equipamento às costas. Outra parte será transportada por navios de desembarque até o porto de Fitzroy, ao sul da capital. Esta é a ocasião em que ocorre um bem-sucedido ataque de jatos argentinos partindo do continente contra os navios de desembarque britânicos, causando duas centenas de baixas. O cerco, entretanto, estava formado.

Não obstante o tempo necessário para o deslocamento final das tropas britânicas em direção a Stanley e arredores, as forças argentinas não se moveram. Prosseguiram em suas posições defensivas na capital e montanhas ao redor, esperando ali realizar encarniçada batalha defensiva, ao estilo das lutas de trincheira do fronte ocidental da Primeira Guerra Mundial. Apenas pequenas unidades de comandos saíram das suas prévias posições para engajar o inimigo (TULCHIN, 1985).

Na noite de 11 de junho, começaram as batalhas finais ao redor de Port Stanley/Puerto Argentino. Na madrugada de 11-12 de junho são tomados, em violentos e rápidos combates, os montes Harriet, Two Sisters e Longdon. Após curto interregno, na noite de 13 de junho, inicia-se a segunda etapa do ataque, direcionado a Wireless Rigde e ao monte Tumbledown. Repete-se o padrão ocorrido nos combates anteriores.

O comando argentino, haja vista a proximidade dos britânicos e a retirada das suas tropas das elevações tomadas, de forma organizada ou não, aceita a oferta de rendição. Termina assim a segunda fase do combate e a guerra em si. Em Port Stanley/Puerto Argentino, os ingleses renderiam mais de 10 mil soldados inimigos (MIDDLEBROOK, 2001), grande parte dos quais não participou de nenhum combate.

Após a guerra, como normalmente ocorre, a comunidade de estudos estratégicos, composta por especialistas tanto civis como por militares,¹⁰ adiantou-se para apontar e colher ensinamentos

10 À época, civis e acadêmicos trabalhando com o assunto eram exclusividade dos países ditos desenvolvidos, especialmente os de língua inglesa. Na América Latina, esse tipo de estudo era praticado exclusivamente por militares e tinha pouca visibilidade fora da caserna. Isso parece estar mudando, ainda que aos poucos.

do conflito no Atlântico Sul. Diferente do verificado com a guerra no mar e no ar, pesadamente influenciadas pela tecnologia, a guerra em terra não glorificaria nenhum sistema de armas, pelo menos não da forma como ocorreu nos meios aeronavais. Em resumo, não existiriam equivalentes em terra aos submarinos nucleares, caças VSTOL *Harrier* e mísseis de última geração *AIM-9L Sidewinder*, ar-ar, e *AM 39 Exocet*, antinavio. Os ensinamentos da guerra em terra apontariam, sim, para um ou outro incremento tecnológico. Acima de tudo, entretanto, o conflito consagraria ensinamentos mais tradicionais, como a importância da qualidade técnica, treinamento e iniciativa de soldados e oficiais, além da capacidade de organização logística em situação de conflito.

3 OS ENSINAMENTOS DA GUERRA TERRESTRE

Para colhermos o aprendizado da campanha, vamos basear-nos em fontes estrangeiras, de especialistas, em documentos oficiais produzidos nos países contendores e também em documento produzido pelo Estado-Maior do Exército brasileiro, logo após o conflito.

No concernente ao combate convencional, nenhuma lição revolucionária foi aprendida nesta guerra. Algumas antigas, porém, postas em prática nos países mais avançados militarmente, eram, de certa forma, novas para argentinos e demais organizações militares latino-americanas.

O primeiro aspecto geral a ser destacado é a importância da logística na guerra. Levando-se em consideração que o conflito se deu em uma região distante, esse aspecto ganha extrema relevância. Inegavelmente, o bloqueio naval britânico dificultou muito a defesa argentina nas Ilhas. Ela ficou carente de insumos justamente na etapa final da guerra, quando ocorreu o cerco a Port Stanley/Puerto Argentino.¹¹ A despeito disso, não há como não ressaltar a maior eficiência logística britânica relativamente à argentina. Enquanto os últimos estavam a aproximadamente 700 km das suas bases continentais mais próximas, na Patagônia,

11 Em depoimento, o general Menendez afirma que suas tropas estavam em muito melhores condições de combate em 1º de maio do que trinta dias depois (!) (TÚROLO, 1983).

os primeiros tinham na ilha de Ascensão, há mais de 6.000 km, sua base mais perto. Convém repetir também que os argentinos tiveram quase um mês para estocar nas Ilhas todo equipamento e suprimentos necessários à sua defesa, antes que o bloqueio britânico fosse efetivamente implementado. O preparo logístico argentino foi bastante deficiente, e responde, em grande parte, pela penúria sofrida por muitos dos seus soldados, como frio, enfermidades e até fome, com clara influência na disposição para combate dessas tropas. Nada parecido ocorreu do lado britânico.

Outro ponto a se frisar diz respeito à ausência da prática e doutrina de operações conjuntas por parte das Forças Armadas argentinas. O resultado disso foi que cada força singular lutou sua própria guerra em separado – a Marinha atuando sobretudo até o afundamento do cruzador *Belgrano*, a Força Aérea tendo papel principal na guerra até o desembarque britânico em San Carlos, e o Exército assumindo, a partir daí, o esforço maior na guerra. A ausência de integração deu-se mormente entre o comando nas Ilhas e o responsável pelos *raids* aéreos que partiam do continente. Conforme atesta o Informe Rattenbach, relatório argentino elaborado com a finalidade de analisar e avaliar as responsabilidades no conflito do Atlântico Sul, no capítulo relativo às lições de guerra, “só a integração das Forças Armadas permite a consecução dos objetivos militares perseguidos”. Diferente da Argentina, é destacado também que “a Grã-Bretanha mostrou sua capacidade ao constituir uma força-tarefa anfíbia perfeitamente balanceada para suas necessidades operativas” (RATTENBACH et al., 1982, itens 870 e 871). De fato, não obstante ser ação capitaneada pela Marinha Real, as tropas mesclaram muito bem unidades do Exército com a de fuzileiros navais. A ação em terra contou com o apoio de caças *Harriers* da RAF, helicópteros dos fuzileiros navais e do Exército e bombardeio das fragatas da Marinha, agindo de forma integrada e sob comando unificado.

No tocante à ação tática, a vitória conquistada foi, ao fim, obtida por “fuzis e baionetas”. As tropas britânicas mostraram-se superiores em profissionalismo, capacidade técnica e experiência de combate (RATTENBACH et al., 1982, item 684, b). Souberam aplicar com maior competência os princípios clássicos da guerra

de infantaria, tomando a iniciativa, concentrando fogo e manobrando sempre que preciso (SUMMERS Jr, 1984). Aos argentinos faltou agressividade e mobilidade, algo atestado pelo próprio presidente, general Galtieri (TÚROLO, 1983; YOFRE, 2011). Segundo o Informe Rattenbach, o desempenho do Exército argentino não foi satisfatório, salvo honrosas exceções, como, por exemplo, as companhias de comandos, a aviação do Exército (helicópteros) e os grupos de artilharia (RATTENBACH et al., 1982, item 609). Quem combateu mal foram as unidades de infantaria constituídas por soldados conscritos, a maioria da força combatente argentina.

Ademais, o comando das tropas nas Ilhas é criticado por sua concepção rígida de defesa, algo que o relatório considera que vai além das sérias limitações logísticas e de mobilidade sofrida pela força argentina (RATTENBACH et al., 1982, item 677, b). O general Menendez e seus comandados do alto oficialato são censurados por terem cedido inteiramente a iniciativa ao inimigo, mesmo quando havia condições propícias para a ofensiva (RATTENBACH et al., 1982, item 677, f).¹² Menendez, por seu turno, reconhece sua imobilidade, mas argumenta que ela ocorria graças à ausência de meios (helicópteros) e à superioridade aérea desfrutada pelos britânicos (TÚROLO, 1983). Curiosamente, o comandante argentino pouco se refere, em seu depoimento sobre a guerra, à baixa competência militar do seu exército de conscritos.¹³

Certamente a pouca mobilidade e iniciativa advinham de um conjunto de fatores. Não há como, todavia, fazer pouco da diferença em termos de profissionalismo e combatividade das tropas empregadas por argentinos e britânicos. Era realmente grande a diferença quanto à aeromobilidade. Entretanto, os britânicos também sofreram, em momentos cruciais da guerra, com a carência de helicópteros, especialmente após a perda dos

12 Foi o caso quando os britânicos iniciaram o desembarque em San Carlos, em 21 de maio, e especialmente após o exitoso ataque aéreo por jatos argentinos aos navios de desembarque britânicos em Fitzroy, não muito distante do grosso do contingente argentino, em Port Stanley/Puerto Argentino.

13 Há uma única menção em um livro de 337 páginas! Ele comenta que, nas batalhas finais, muitos soldados argentinos, por inexperiência, gastavam toda a munição e abriam brechas nas defesas argentinas, por onde os soldados britânicos passavam (TÚROLO, 1983).

aparelhos transportados no cargueiro *Atlantic Conveyor*. O general Julian Thompson, comandante da 3ª Brigada de Comandos dos Reais Fuzileiros, queixa-se, por exemplo, que os dezesseis helicópteros disponíveis à sua Brigada eram insuficientes para mover suas tropas e material de campanha para além da cabeça de praia nos dias subsequentes ao desembarque (THOMPSON, 2008). Duas unidades – o 3º Batalhão de Paraquedistas e o Batalhão 45 de Comandos, de fuzileiros, – tiveram de marchar mais de 60 km com todo o equipamento às costas, de San Carlos até as elevações próximas a Port Stanley / Puerto Argentino (MIDDLEBROOK, 2001).¹⁴

Como evidenciado, o desempenho dos conscritos argentinos foi muito aquém do das forças profissionais empregadas pelo Reino Unido. Descontando-se as falhas na logística, a falta de apoio aéreo e o pouco imaginativo comando, é preciso enfatizar que a diferença nas tropas engajadas explica em grande medida também a diferença no referente à agressividade e mobilidade das forças argentinas e britânicas.

Em termos de equipamento, o conflito consagrou a importância do helicóptero como meio de reconhecimento, apoio aéreo aproximado e principalmente transporte de carga e pessoal. As batalhas ocorreram sobretudo à noite. Destaca-se aqui a importância dos equipamentos de visão noturna. Ademais, a Guerra eletrônica foi também muito utilizada, especialidade na qual os britânicos foram também superiores aos argentinos (RATTENBACH et al., 1982, item 875, f).

O Estado-Maior do Exército produziu, para consumo interno, extenso documento examinando o conflito menos de seis meses após sua conclusão. Tal análise é notadamente baseada em fontes argentinas, o que transparece nos mapas e imagens de combatentes e armas reproduzidas. Havia maior proximidade e afinidade com o Exército argentino do que com o britânico, por aspectos

14 A capacidade de deslocamento a pé não era ubíqua nem mesmo na força terrestre britânica. As unidades de guarda escocesa e galesa, por exemplo, não se mostraram capazes de fazer marchas equivalentes, haja vista seu treinamento como infantaria mecanizada. Isso levou à decisão de transportá-las por navio até as proximidades de Port Stanley/Puerto Argentino, o que, por seu turno, possibilitou o ataque aéreo argentino em Fitzroy, que causou a perda de duas companhias inteiras da Guarda Galesa (SUMMERS Jr, 1984).

como similaridade de equipamento, doutrina, experiência de combate, etc. Os dois exércitos estavam também há anos envolvidos na política e tinham preocupação e treinamento intenso para a guerra contrainsurrecional.

Entre os tópicos tratados sobre o conflito, importa-nos, particularmente, a quarta parte do documento, intitulada “Ensinamentos”. Eles não fogem muito do que atestaram os estudos produzidos pelos países beligerantes e pelos especialistas estrangeiros (BRASIL, 1982). A se destacar é a necessidade, mostrada pela guerra, de transformar o Exército, adotando doutrina e meios eficientes e procurando mudar aspectos da organização similares à do seu par austral. Há, então, indicações de inovações desejáveis de serem implementadas na força terrestre brasileira, a partir dos ensinamentos colhidos no conflito.

Dois pontos bem imbricados, e além, na verdade, do espectro específico de atuação do Exército, merecem relevo. O primeiro diz respeito à dúvida quanto ao apoio de potências amigas no caso de o Brasil envolver-se em conflito similar. Essa questão se referia ao apoio dado ao Reino Unido por todas as potências europeias e principalmente pelos Estados Unidos, que com isso se afastaram da solidariedade hemisférica em prol do fortalecimento da sua aliança do Atlântico Norte. Corolário disso era a necessidade de se prosseguir com a busca por autonomia na produção de equipamento militar. Tal lição já estava sendo posta em prática, mas o nível de nacionalização das armas utilizadas pelas Forças Armadas brasileiras e, mais especificamente, pelo Exército, era baixo, especialmente no tocante aos equipamentos mais sofisticados. Nesse aspecto, o Brasil não era muito diferente da Argentina, fato nada auspicioso.

Particularmente em relação a possíveis transformações na força terrestre, o primeiro e talvez mais forte aspecto dizia respeito ao tipo de combatente a se adotar. O documento é claro quando atesta que uma das causas da vitória britânica foi a superioridade relativa dos seus soldados profissionais *vis-à-vis* os conscritos argentinos com um ano de instrução militar (BRASIL, 1982). Sugeria estudos com vistas à “adoção do soldado profissional no Exército, de acordo com as nossas condições” (BRASIL, 1982). Em

termos mais imediatos, era preciso pensar na “criação de pelo menos uma grande unidade de pronto emprego com pessoal cem por cento profissional” (BRASIL, 1982). Alguns equipamentos deviam ser produzidos ou, na impossibilidade, adquiridos no exterior. Destacavam-se radares, equipamentos de comunicação menores, equipamentos eletrônicos destinados a esse tipo de guerra, helicópteros para apoio de fogo e transporte, mísseis, aparelhos de visão noturna e até fardamento pertinente às regiões onde provavelmente o soldado brasileiro atuaria (BRASIL, 1982). Em termos doutrinários, além da instituição de uma grande unidade profissional no Exército, ressaltava-se, em termos mais novidadeiros, estudo mais profundo de operações combinadas com as demais forças, criação de unidades e pessoal especializado em Guerra Eletrônica, criação de unidades de helicópteros orgânicas ao Exército (ausente então), e maior difusão e valorização dos princípios táticos que regem a guerra convencional (BRASIL, 1982). Veremos, agora, o quanto tais ensinamentos redundaram, de fato, em mudanças institucionais.

4 TRANSFORMAÇÕES NO EXÉRCITO

Organizações grandes e complexas produzem muito papel. Análises, por mais bem elaboradas e embasadas, não são, *per se*, suficientes para vencer o conservadorismo inerentemente presente nessas organizações. Isso ganha maior relevo quando tratamos de uma organização militar dotada de visível autonomia dentro do Estado e com pouquíssima experiência prática recente no *metier*, qual seja, o combate convencional contra adversário externo. O impulso à imobilidade é intenso.

O conflito no Atlântico Sul, entretanto, abalou a organização e preocupou muito o alto comando do Exército. Neste âmbito, o estudo feito pelo Estado-Maior, mencionado antes, foi desdobramento de uma ordem do próprio ministro, general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, emitida em 8 de junho, antes mesmo, portanto, do fim do conflito. Nessa ordem se determinava o estudo sobre a urgência de se ter “um núcleo potente, essencialmente profissional, com características de força de intervenção”. Também se determinava a verificação da

adequabilidade do atual sistema de serviço militar em relação às atuais necessidades operacionais do Exército, considerando os curtos prazos de intervenção exigidos pelos conflitos da atualidade, [e] a validade do sistema de maciça formação de reservas face às necessidades de uma atualizada e objetiva mobilização (ALBURQUERQUE apud CAMPOS, 2011, p. 143).

Consoante reconhece Rosen (1994), tratando sobre transformações em instituições militares em períodos de paz, para que elas tenham efeito, além de pressões externas, faz-se mister principalmente que o comando da organização esteja comprometido com as mudanças.

A Guerra das Falklands/Malvinas ocorreu no meio do governo João Figueiredo, último general-presidente do regime militar brasileiro. Já vigorava a distensão política, pensada pelo seu antecessor, o general-presidente Geisel, como processo visando à abertura do regime de maneira lenta, gradual e segura. Em 1985, houve eleição, por via indireta, e posse do primeiro presidente civil após mais de vinte anos. O Exército, porém, foi ator relevante na transição, na figura do ministro Leônidas Pires Gonçalves.¹⁵

Leônidas exerceu papel de destaque no governo Sarney, como importante base de apoio. Em troca, o vice-presidente, feito presidente pela *fortuna* maquiavélica, deu liberdade ao ministro para tratar dos temas afetos à sua competência como chefe maior do Exército. Além dessa liberdade, o governo Sarney garantiu também que as verbas destinadas à instituição não fossem contingenciadas, a despeito da grave crise econômica em curso.¹⁶

Leônidas foi um reformador moderado. Aproveitou a conjuntura para implementar algumas transformações institucionais nos marcos de um projeto de modernização do Exército, denominado Força Terrestre 90 – FT-90. Grande parte dessas transformações

15 O general Leônidas decidiu, até mesmo, quem deveria tomar posse como presidente, em consequência da doença que acometeu Tancredo Neves, presidente escolhido nas eleições indiretas. Havia dúvidas sobre se era o vice, José Sarney, ou o presidente da Câmara de Deputados, Ulysses Guimarães. Uma vez falecido Tancredo, Sarney herdou o mandato (COUTO, 1998).

16 Na verdade houve um pouco mais do que isso. Vultosas verbas extra-orçamentárias foram destinadas ao Exército para uso tanto em 1986 como em 1987 (ESTEVES, 1996). Era o preço do apoio ao novo governo.

estava vinculada às lições aprendidas ou reforçadas pela Guerra das Falklands/Malvinas.

Entre as alterações de cunho tecnológico, merece destaque a implantação da atividade de Guerra Eletrônica e da Aviação do Exército. A primeira, presente tanto nas forças britânicas como nas argentinas, era praticamente inexistente no Exército nacional. Cuidou-se inicialmente de preparar pessoal especializado em Guerra Eletrônica, para depois criar unidade específica nesse mister dentro da organização. Quanto à Aviação do Exército, o processo foi inverso. Por ser muito mais oneroso, em virtude do custo das aeronaves (helicópteros), sua manutenção, treinamento de pilotos e implantação de bases, o 1º Batalhão de Aviação do Exército foi criado em 1986, antes mesmo de contar com massa crítica em termos de pessoal especializado. A razão disso era aproveitar a conjuntura política e institucional favorável à incorporação de helicópteros na força terrestre, algo que poderia passar rápido. Como observado, a adoção de helicópteros orgânicos era assunto discutido pelo alto comando do Exército desde, pelo menos, 1977 (CAMPOS, 2011). Entretanto, o papel fundamental dessas aeronaves na Guerra das Falklands/Malvinas, visto pelo comando militar argentino nas Ilhas, mesmo que exageradamente, como razão maior da imobilidade de suas tropas, foi forte incentivo para finalmente se efetuar a incorporação delas no Exército brasileiro.

Alterações rumo a um Exército mais profissional ou que visasse mexer com o sistema de conscrição universal, contudo, eram outra história. Mudanças aí encontraram barreiras várias, até e principalmente dentro da instituição militar. Uma força totalmente profissional é muito mais custosa. Para sua adoção no Brasil seria preciso ou muito mais recursos, algo inexecutável na época, ou a diminuição dos efetivos. Isso, claro, ia contra os interesses corporativos da organização, que jamais aceitaria encolher, e contra também missão organizacional vista como histórica: a presença em todo o território nacional.

As lições do conflito levaram à criação, nos marcos da FT-90, de Brigadas de Pronto Resposta (conhecidas também como “de Pronto-Emprego” ou “Forças de Ação Rápida – FAR”). Nelas foram inseridas a Brigada Paraquedista, as unidades de forças especiais

e também os recém-criados esquadrões de aviação. As FAR gradativamente passaram a contar somente com praças engajados, soldados que já haviam cumprido um ano de instrução como conscritos e optaram por continuar na vida militar (CAMPOS, 2011).

Houve, portanto, solução um tanto salomônica por parte da organização militar nesse aspecto. Instituíram-se, por assim dizer, dois exércitos. Um composto por conscritos, grande, espalhado pelo imenso território nacional e em sintonia com a missão estratégica da presença; e outro menor, mais profissional, mais bem equipado e treinado, pronto para deslocamento rápido e emprego em crises ao estilo da verificada no Atlântico Sul. Se ainda assim não estavam no mesmo nível das forças profissionais dos países ricos, como as empregadas pelo Reino Unido na guerra, eram melhores do que o grosso das tropas de conscritos utilizadas pela Argentina e também pelo Brasil.

Na questão logística, ponto fundamental na superioridade britânica no conflito em terra, os ensinamentos não tiveram grande repercussão. Os manuais institucionais sobre o tema já atestavam a necessidade de tornar a logística em tempos de paz o mais próxima possível da durante as guerras (CAMPOS, 2011). Pouco de prático, entretanto, foi realizado. A logística, mais talvez do que qualquer área militar, é posta à prova nos conflitos. Difícil dizer se o Exército brasileiro passou a se aprestar melhor logisticamente depois da Guerra das Falklands/Malvinas. Com base no pequeno emprego em combate desde então, arriscaríamos que não.

Quanto ao quesito operações conjuntas entre as forças, virtualmente nada foi feito, algo mais do que esperado. Na ausência de um órgão externo, capaz de obrigar o adestramento e o desenvolvimento de doutrina conjunta específica, cada força singular prosseguiu tratando autonomamente do seu equipamento, treinamento e modo de fazer a guerra. Somente com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, o Exército começou, por obrigação e timidamente, a discutir e trabalhar, de fato, a questão.

5 CONCLUSÃO

Não restam dúvidas a respeito do impacto da Guerra das Falklands/Malvinas sobre o Exército brasileiro. Se qualquer guerra

é acompanhada com atenção por exércitos de todo o mundo, até por dever de ofício, o conflito no Atlântico Sul tinha sabor especial para os militares brasileiros, por razões já expostas (basicamente lócus e combatentes).

A literatura do mundo desenvolvido pertinente às mudanças em organizações militares é apenas parcialmente aplicável aos países latino-americanos, como Argentina e Brasil. Em primeiro lugar, a discussão no exterior trata primordialmente de inovações de ponta, transformações jamais aplicadas em outra instituição militar. As mudanças operadas no Exército brasileiro eram novidade para a força, mas não para os exércitos do mundo desenvolvido. Não há, portanto, inovação propriamente dita, mas modificações.

Outro ponto de distinção diz respeito às relações civil-militares. A literatura, especialmente a escrita por anglo-saxões e que trata das suas organizações militares, tem o controle objetivo do poder civil sobre os militares como um dado. Muito diferente é a história brasileira nesse aspecto. A participação e ingerência do Exército brasileiro na política foi constante durante a maior parte da República, escasseando justamente a partir da última década do século 1920. A Guerra das Falklands/Malvinas ocorreu ainda sob governo militar e as transformações organizacionais posteriormente realizadas o foram em um governo civil em grande medida tutelado pelo Exército (ZAVERRUCHA, 1994).

Como vimos, o general Leônidas tinha papel de destaque na própria estrutura de poder nacional. Podemos considerá-lo o último desse tipo, herdeiro de uma tradição contínua de interferência institucional do Exército na política inaugurada, pelo menos, desde a Revolução de 1930. As mudanças ocorridas no Exército, fruto da Guerra das Falklands/Malvinas, bem como a manutenção de certos traços na força que as lições da guerra haviam apontado como desejáveis de serem mudadas, têm nesse líder militar causa importante. Ele, contudo, corporificava muito bem o que era, em termos de cultura institucional, um general brasileiro de fins do século. O que a organização como um todo via como desejável mudar – incorporação de novos equipamentos e tecnologia, formação de um núcleo de combatentes de elite – foi feito. Questões de implementação mais espinhosa e que não gozavam de apoio

inequívoco na força - profissionalização *in totum* do Exército, doutrina de emprego conjunta com as demais Forças Armadas – não foram adiante.

Em um momento no qual as questões de defesa crescem em importância e se clama por transformações profundas no Exército e demais forças singulares, conforme atesta a inédita Estratégia Nacional de Defesa, publicada em fins de 2008, o ocorrido serve como alerta sobre as especificidades e dificuldades inerentes à tarefa.

REFERÊNCIAS

AVIÕES DE GUERRA. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

BIDDLE, S. **Military power: explaining victory and defeat in modern battle.** Princeton: Princeton University Press, 2004.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Estudo histórico-doutrinário sobre a Guerra do Atlântico Sul.** Brasília: EME, 1982.

CAMPOS, M. T. de. **A Guerra das Falklands/Malvinas e suas repercussões no Exército brasileiro.** 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.

CENTENO, M. A. **Blood and debt: War and the Nation-State in Latin America.** Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985.** Rio de Janeiro: Record, 1998.

CREVELD, M. Van. Through a glass, darkly. **Naval War College Review**, v. 53, n. 4, 2000.

ESTEVES, D. **Documentos do Estado-Maior do Exército.** Brasília: Estado-Maior do Exército, 1996.

FOWLER, W. **Battle for the Falklands (I) Land Forces.** London: Osprey Publishing, 1985.

KEEGAN, J. **Inteligência na guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- MEARSHEIMER, J. Assessing the conventional balance: the 3:1 rule and its critics. **International Security**, v. 13, n. 4, 1989.
- MIDDLEBROOK, M. **Argentine fight for the Falklands**. South Yorkshire: Pen & Sword Books, 2009.
- RATTENBACH, B. et. al. **Informe final de la Comisión de Análisis y Evaluación de responsabilidades en el conflicto en el Atlántico Sur (Informe Rattembach)**. Buenos Aires: Dirección Nacional del Registro Nacional, 1982.
- ROSEN, S. P. **Winning the next war: innovation and the modern military**. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- RUHE, W. J. Submarine lessons. In: WATSON, B. W.; DUNN, P. M. (Orgs.). **Military lessons of the Falkland Island War: views from the United States**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1984.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **World armaments and disarmament SIPRI yearbook 1983**. New York: International Publications Service, 1983.
- SUMMERS Jr, H. G. Ground warfare lessons. In: WATSON, B. W.; DUNN, P. M. (Orgs.). **Military lessons of the Falkland Island War: views from the United States**. Boulder, Colorado: Westview Press, 1984.
- THOMPSON, J. **3 Commando Brigade in the Falklands: no picnic**. South Yorkshire: Pen & Sword Books, 2008.
- TULCHIN, J. S. The Malvinas War of 1982: an inevitable conflict that never should have occurred. **Latin American Research Review**, v. 27, n. 2, 1985.
- TÚROLO, C. **Malvinas, testimonio de su gobernador**. Buenos Aires: Sudamericana, 1983.
- USNI – U.S. Naval Institute. **Naval History**, v. 24, n. 2, 2010.
- WARD, Commander N. D. **Sea harrier over the Falklands**. London: Cassel Military PaperBacks, 2005.
- YOFRE, J. B. **1982: los documentos secretos de la guerra de Malvinas / Falklands y el derrumbre del processo**. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.
- ZAVERUCHA, J. **Rumor de sabres, controle civil ou tutela militar: estudo comparativo das transições democráticas no Brasil, na Argentina e na Espanha**. São Paulo: Ática, 1994.